



“MULHERES QUE QUEREM MUDANÇAS E SE JUNTAM”: AS POTENCIALIDADES TRANSFORMADORAS DO MOVIMENTO FEMINISTA NO CONTEXTO ESCOLAR

“WOMEN WHO WANT CHANGES AND GET TOGETHER”:
THE TRANSFORMING POTENTIALITIES OF THE FEMINIST
MOVEMENT IN THE SCHOOL CONTEXT

Paula Montenegro Euzébio¹
Fernanda Mendes Resende²

RESUMO: O presente artigo tem como intuito gerar reflexões acerca da realidade machista e sexista vivenciada pelas mulheres na sociedade contemporânea, e das potencialidades transformadoras desta a partir do movimento feminista inserido no contexto escolar. É parte de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Psicologia da PUC Minas campus Poços de Caldas, que adotou como metodologia um levantamento bibliográfico inicial acerca da estrutura histórico-social patriarcal, a qual sustenta uma lógica hierárquica e desigual das relações, além de revisitar a história de luta do movimento feminista pelos direitos das mulheres, bem como reflexões acerca do contexto escolar brasileiro, questionando a perpetuação das desigualdades que este, por vezes, sustenta. Realizou-se uma pesquisa-ação, por meio de uma intervenção psicossocial, em uma escola pública do sul de Minas Gerais, com estudantes do sexo feminino interessadas em formar um coletivo feminista, envolvendo contribuições teóricas da metodologia feminista. Para a análise dos dados realizou-se uma análise de conteúdo, na qual analisou-se: a percepção da realidade machista e sexista; atoras sociais e políticas: protagonistas das transformações; as potencialidades transformadoras do movimento feminista no contexto escolar. Assim, o estudo promove reflexões acerca do ser mulher na sociedade contemporânea através de diversos saberes, defendendo um compromisso social da Psicologia enquanto ciência e profissão, em busca de transformações da estrutura machista e sexista, repensando o contexto escolar a partir do protagonismo das estudantes neste espaço, agentes de mudanças, alicerçadas em uma práxis libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento feminista; Contexto escolar; Intervenção psicossocial.

ABSTRACT: This present article has as intent to generate reflections over the male chauvinist and sexist reality lived by women in the contemporary society, and its transforming potentialities since the insertion of the feminist movement into the school context. It is part of a research realized within the PUC Minas Psychology course ambit, at the Poços de Caldas campus, which adopted as methodology an initial bibliographic search on the historical-social patriarchal structure, which sustains a hierarchical and unequal logic of the relations, besides revisiting the fighting history of the feminine movement for women's rights, as well as reflections over the Brazilian school context, questioning the perpetuation of inequalities that this one, itself, sustains. An action-search was realized through a psychosocial intervention, at a public school in the South part of Minas Gerais, with female students interested in forming a feminist collective, involving theoretical contributions from the feminist methodology. For the data analysis a content analysis was realized, in which were analyzed: the perception of the male chauvinist and sexist reality; social and political subjects: transformations protagonists; the transforming potentialities of the feminist movement in the school context. Thus, the study promotes reflections over the female human being in a contemporary society through several knowledges, defending a social commitment from Psychology as a science and profession, seeking transformations in the male chauvinist and sexist structure, rethinking the school context from the students being the protagonists in this space, agents of changes, founded on a freeing praxis.

KEYWORDS: Feminist movement; School context; Psychosocial intervention.

¹ Psicóloga pela PUC Minas Poços de Caldas. montenegropaula95@yahoo.com

² Psicóloga, Doutora em Educação, Professora Adjunto IV do Curso de Psicologia PUC Minas Poços de Caldas, orientadora da pesquisa. fernandaresende@pucpcaldas.br



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende proporcionar a reflexão acerca das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na sociedade contemporânea, bem como o papel do movimento feminista, em específico no contexto escolar, em proporcionar transformações da realidade social desigual. É fruto de uma pesquisa realizada a partir de um estágio e no âmbito de um trabalho de conclusão de curso de Psicologia, que parte da compreensão do(da) sujeito(a) enquanto manifestação de uma totalidade histórico-social, produto e produtoras de sua história pessoal e da sociedade (LANE, 1984). Assim, este estudo se embasa na perspectiva histórica da realidade social para a compreensão do ser mulher na sociedade contemporânea, em uma postura crítica frente à fragmentação do ser, apontando para as potencialidades da atuação das mulheres em busca de transformações.

Lane (1984) aponta para a tradição biológica da Psicologia, que atribuía a explicação dos comportamentos do indivíduo ao que ocorria “dentro dele”, isolado e fragmentado, sem atribuir significância às condições sociais e históricas nas quais se vive. “Porém o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura e história [...]. O seu organismo é uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica” (LANE, 1984, p. 12). Assim, é necessário retomar a história com foco na trajetória das mulheres para compreender os fenômenos que as atravessam, e assim compreender o que é ser mulher na sociedade contemporânea, sem deixar de lado toda a pluralidade que perpassa esse ser, referindo-se às mulheres no plural, levando em conta as especificidades de classe social, raça/etnia, orientação sexual, entre outras. Sendo assim, adota como ponto chave para esta reflexão o sistema patriarcal em uma perspectiva voltada para a realidade brasileira, e assume um compromisso social, necessário ao trabalho da psicóloga.

Assim, como problema de pesquisa foi levantada a pergunta “como adolescentes do sexo feminino percebem a realidade sexista e machista vigente na sociedade contemporânea, e quais são as potencialidades transformadoras a partir do movimento feminista inserido no contexto escolar?”. Neste sentido, o objetivo geral traçado para o desenvolvimento do trabalho foi o de analisar a percepção de um grupo de adolescentes do sexo feminino acerca da realidade sexista e machista vigente na sociedade contemporânea, bem como as potencialidades transformadoras desta a partir do movimento feminista inserido no contexto escolar. E como objetivos específicos elencou-se: 1. Compreender se as adolescentes percebem as desigualdades enfrentadas pelas mulheres na sociedade contemporânea; 2. Averiguar se as ado-

lescentes se percebem enquanto atoras sociais e políticas; 3. Refletir sobre as potencialidades transformadoras do movimento feminista no contexto escolar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Patriarcado

Há divergências entre diversas teorias quanto à compreensão da existência do patriarcado na sociedade atual (SAFFIOTI 2015; NARVAZ; KOLLER, 2006a), sendo que algumas autoras têm optado por utilizar apenas concepções de “gênero”, ao invés do termo patriarcado. Entretanto, apontamos a importância de se manter o termo patriarcado, considerando que este se constitui como denúncia do domínio dos homens sobre as mulheres, que se transforma ao longo do tempo (SAFFIOTI, 2015), e que abandonar o termo “patriarcado” significaria a perda do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher (PATEMAN, 1993).

Para a compreensão do que vem a ser patriarcado, retomamos a origem do conceito a partir do proposto por Weber pelas considerações postas por Rezende (2015). O patriarcado é concebido como um sistema de dominação, um tipo específico de relação de poder, através da qual se impõem a vontade própria (de um sujeito ou um grupo) a terceiros (os dominados), influenciando seus comportamentos e havendo obediência por parte destes. Neste sentido, a estrutura de dominação patriarcal se desenvolve a partir da autoridade do “chefe de família”, que se desvela e se mantém pela tradição, envolvendo aspecto de propriedade nesta relação, uma vez que o patriarca apresentaria posse de seus filhos, servos, escravos, esposa. Entretanto, Weber e Locke concebem que com a ascensão do Estado moderno a lógica patriarcal estaria superada: pelo primeiro, a partir da racionalidade; pelo segundo, a partir das premissas liberais, que remetem a sua origem à existência de indivíduos livres e iguais (REZENDE, 2015).

Apesar disso, não levam em conta a dicotomia estabelecida entre público e privado, parte da própria emergência do Estado liberal, constituindo-se, portanto, público como o espaço das relações de liberdade, e privado como o espaço das relações de subordinação. Uma dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual na condição natural, que é também uma diferença política, colocando as mulheres em par de desigualdade nesta sociedade (PATEMAN, 1993). Frente a isso, Rezende (2015) infere que a separação entre público e privado é compreendida como uma forma de obscurecer a submissão das mulheres, sendo que a liberdade pública dos indivíduos (precisamente homens, brancos, europeus, do sexo masculino) funda-

menta-se na opressão das mulheres dentro da esfera privada. Neste sentido, desenvolve-se o chamado patriarcado moderno (PATEMAN, 1993; VAITSMAN, 1994), distinto daquele que legitimava as relações de gênero na família patriarcal das elites rurais tradicionais, estando a definição social da mulher a partir dos papéis de mãe e esposa relacionada à sobreposição do público sobre o privado, em que trabalho e igualdade fazem parte do mundo público, e expressam o desenvolvimento de uma família estruturalmente hierárquica, formada por homens e mulheres com direitos desiguais (VAITSMAN, 1994).

Assim se desenvolve o patriarcado na atualidade, presente não só na estrutura familiar, mas em todas as instituições sociais, sendo que, diferentemente da época da Roma Antiga, na qual o patriarca detinha poder de vida ou morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje, apesar de tal poder não existir mais no plano jurídico, os homens continuam violentando e matando suas parceiras – por vezes culpabilizadas pela violência que sofreram (SAFFIOTI, 2015). Ainda, é um sistema que se articula com o capitalismo, sendo estas “duas formas de produzir e reproduzir a vida a partir de relações de dominação e de expropriação, em especial dos corpos e autonomia das mulheres” (FONSECA; SAFFIOTI; TOLEDO apud NARVAZ; KOLLER, 2006a, p. 51). Assim, compreende-se aqui que o patriarcado se configura como um sistema que estabelece formas específicas de relações entre homens e mulheres, concebendo o chamado sexismo e machismo presentes na realidade social contemporânea, a qual a pesquisa busca averiguar.

A definição de gênero adotada neste trabalho se coloca como complementar para a compreensão da construção social do homem e da mulher, definido a partir do sexo biológico com o qual nascem e ao longo de suas vidas são socializados em relação a este, envolvendo um processo de naturalização e sustentação das desigualdades. A naturalização é concebida como um processo com base em razões culturais e históricas, que coloca certos fenômenos e padrões de conduta considerados como o modo essencial/natural de ser das coisas, do qual as distinções de classe, gênero, religião e tradições são derivadas (MONTERO, 2015). Assim, é possível compreender que as desigualdades enfrentadas pelas mulheres passam pela naturalização de aspectos que são provenientes da formação histórico-cultural – patriarcal – da forma como a sociedade se organiza e define papéis.

Neste sentido, Beauvoir ([1949]2016) precisa que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2016, p. 11), apontando para o fator da socialização destas, baseada em um destino biológico, que pouco tem a ver com o que é ser mulher de fato. A autora discorre sobre o ser mulher a partir do fundo onde se desenvolve a existência feminina, para a qual realiza uma retomada histórica, apontando a influência do social na construção desta

existência. Elenca que é em relação à parte sexual que desde o nascimento meninos e meninas desenvolvem-se na sociedade, a partir de tratamentos diferenciados pelo estabelecido de como homens e mulheres devem ser.

2.2 O movimento feminista

Será a partir do Movimento Feminista que pensaremos as potencialidades transformadoras das adolescentes no contexto escolar, tendo em mente que se trata de um campo político e teórico-epistemológico, englobando uma práxis, ação-reflexão (NARVAZ; KOLLER, 2006b).

A luta das mulheres por liberdade antecede ao chamado Movimento Feminista (PINTO, 2010), mas este possibilitou um movimento auto-organizado e maior visibilidade e popularização das pautas das mulheres. Sendo assim, o resgate histórico do que veio a se denominar feminismo faz-se importante para compreender as reivindicações das mulheres em diferentes momentos históricos, e lançar luz sobre os rumos que estas discussões seguem na contemporaneidade.

Pinto (2010) elenca duas fases do Movimento Feminista, a Primeira e Segunda Onda. A chamada Primeira Onda do feminismo teve início no fim do séc. XIX na Inglaterra, com a pauta central do sufrágio universal, exigindo o reconhecimento dos direitos políticos e cidadania das mulheres. Expandiu-se para o Brasil apenas no início do século seguinte, impulsionada pelo movimento no exterior, e no qual o direito da mulher de votar e ser votada foi conquistado apenas em 1932. Entretanto, Davis (2016) denuncia a exclusão presente no início do movimento pelo apagamento das mulheres brancas trabalhadoras e das mulheres negras no debate inicial pelos direitos das mulheres, indicando que as pautas eram distintas das colocadas pelas mulheres brancas burguesas, na medida em que sofriam outras opressões a serem combatidas. As mulheres trabalhadoras iniciaram sua luta a partir de paralisações e greves contra a dupla opressão em que viviam, enquanto mulheres e enquanto operárias; e as mulheres negras denunciando a opressão racista atrelada à dominação sexista. Assim, é importante ter em foco a necessidade de reinvenção do movimento feminista, para se pensar as mulheres e as pluralidades deste ser, tendo em mente as bases que sustentam as diversas formas de violências: de classe, sexistas, racistas, LGBTfóbicas.

Segundo Pinto (2010), este feminismo inicial perdeu força a partir da década de 1930 e só reaparece com importância na década de 1960, culminando na chamada Segunda Onda do movimento. A autora aborda que, entre outras questões, foi na década de 1960 que essa

nova onda se iniciou nos Estados Unidos e Europa, e neste momento as mulheres passaram a falar pela primeira vez diretamente sobre questões de poder entre homens e mulheres, apontando para, além da dominação de classe, a existência da dominação do homem sobre a mulher. O feminismo aparece como um movimento libertário, lutando pela liberdade e autonomia da mulher, para que possam decidir sobre sua vida e seu corpo. Entretanto, nesta época vivia-se um momento de implementação de uma ditadura militar no Brasil, com repressão de diversas lutas políticas, e foi neste cenário que, na década de 1970, aconteceram as primeiras manifestações feministas no país, defendendo mais intensamente pautas sociais que as questões de gênero.

No período de redemocratização do país, década de 1980, as lutas feministas se intensificaram, havendo uma ampla gama de temas abordados pelo movimento, como “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais³” (PINTO, 2010, p. 17). Uma ampla gama das propostas do movimento foi acatada na Constituição de 1988, mudando em grande escala a visão jurídica da mulher no país, e colocando o Movimento Feminista do Brasil como um dos mais respeitados do mundo, referência em temas importantes relacionados à mulher (CARNEIRO, 2003). Assim, o Movimento Feminista representa grandes conquistas para as mulheres em âmbito internacional e no contexto brasileiro, sendo uma ferramenta potente na constituição de uma sociedade democrática.

2.3 Contexto escolar

Em relação ao contexto escolar brasileiro, Bock (2003a) reflete acerca do discurso meritocrático presente na educação, que não leva em conta os tantos atravessamentos sociais que colocam diferentes sujeitos em posição de desigualdade – cor, sexo, gênero, orientação sexual, classe social. Assim, denuncia os interesses dos grupos dominantes, que utilizam a escola como ferramenta de perpetuação das desigualdades, voltado apenas ao preparo dos sujeitos para o mercado de trabalho, como instrumento de desenvolvimento econômico (BOCK, 2003b). Neste sentido, o contexto escolar não tem colocado em foco o debate de uma educação libertadora, a qual defende Freire (2018) e como almejamos, que preveja romper com a estrutura social desigual. O autor aponta para o que chama de “educação bancária”, sendo aquela na qual o educador será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os

³ Apesar da autora utilizar o termo opção sexual, é importante ressaltar a necessidade de se utilizar o termo orientação sexual para se referir às questões relativas a sexualidade.

que não sabem. Tal concepção parte da ideia de um depósito de conteúdos sobre os alunos, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade. Nela, há uma passividade do educando, que no lugar de transformar, tende a adaptar-se ao mundo, contribuindo com a perpetuação do sistema vigente ao satisfazer aos interesses dos opressores.

A partir desta reflexão, torna-se significativo analisar as políticas educacionais que tratam da necessidade de se incluir a temáticas de relevância social no panorama das escolas brasileiras. Reis e Eggert (2017) citam o Fórum Mundial de Educação, ocorrido em 2000, a realização da Conferência Nacional da Educação Básica – Coneb, ocorrido em 2008, as Conferências Nacionais de Educação – Conae – de 2010 e 2014, e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 2012, os quais abordam equidade de gênero e orientação sexual em suas elaborações e indicam que uma educação com qualidade social deve visar à superação das desigualdades sociais, raciais, de gênero e de orientação sexual. Os autores defendem que o papel da escola é imprescindível na construção de uma sociedade mais justa e na superação de violações específicas, que levam a marca do machismo, sexismo, homofobia, entre outros, que tendem a ser naturalizados. Todavia, mesmo com a constatação de índices de violência alarmantes, apontam a grande resistência quanto à inclusão destas discussões em sala de aula – o que pode ser ilustrado pelo fenômeno da dita “ideologia de gênero”. Esta propaga na atualidade um pânico moral em relação a desconstrução de estereótipos ligados ao feminino e masculino; associando, pois, o questionamento de estruturas opressoras ao fim da família tradicional e dos valores a ela correspondentes.

3 METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo presente estudo, optou-se pela utilização do método qualitativo, englobando como procedimento técnico para a compreensão da realidade social a pesquisa-ação, a partir de um levantamento teórico e uma intervenção psicossocial, além de constituir também como uma metodologia feminista.

A pesquisa-ação envolve uma crítica ao modelo clássico de pesquisa empírica objetivista, acusada de mantenedora do controle social (GIL, 2008). Constitui um tipo de investigação social com base empírica, realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo – nesta pesquisa, relativa às vivenciadas das mulheres – (THIOLLENT apud GIL, 2008). Neste mesmo sentido, a intervenção psicossocial se dá como uma metodologia prática de pesquisa – construção de conhecimento acerca de uma determinada realidade – e mudança – transformação social –, tendo como horizonte a possibilidade de

melhores condições humanas e qualidade de vida, a fim de promover bem-estar psicossocial (NEIVA, 2010). Ambas concebem uma postura participativa da investigadora, e de uma relação sujeito a sujeito com as outras parceiras, e não de sujeito e objeto de pesquisa.

Por sua vez, a metodologia feminista assume a responsabilidade em ser ferramenta para as transformações sociais, no sentido de romper com as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Ao intitular a pesquisa nesta perspectiva, demonstra-se o viés adotado pelo estudo, representando um posicionamento político, que questiona a ideia de neutralidade da ciência, concebendo que o conhecimento é sempre situado. Uma perspectiva que se preocupa com a relação da pesquisadora e participantes, sendo estas últimas reconhecidas enquanto “especialistas das suas próprias experiências” (NARVAZ; KOLLER, 2006b, p. 651), além da preocupação com o impacto da investigação na vida destas. Assim, apresenta como objetivos a mudança social, o resgate da experiência feminina na produção do conhecimento científico, atenção ao uso não sexista nas análises e linguagens, e o empoderamento das mulheres e/ou outros grupos oprimidos (NARVAZ; KOLLER, 2006b).

A intervenção psicossocial foi realizada por uma dupla de alunas estagiárias que cursavam o 10º período do Curso de Psicologia em 2018, e teve como público-alvo estudantes secundaristas do sexo feminino, matriculadas em uma escola pública do sul de Minas Gerais (MG), interessadas em construir um coletivo feminista na escola, que participaram livremente da intervenção. O número de participantes oscilou em cada encontro, constituindo, ao final, um grupo formado por cinco meninas e um menino trans⁴, de 14 a 18 anos, estudantes de nono ano do Ensino Fundamental II a terceiro ano do Ensino Médio. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação da pesquisa foi apresentado para as participantes e assinados por seus (suas) respectivos (as) responsáveis, quando menores de idade.

Os encontros com o grupo ocorreram no primeiro semestre de 2018, entre abril e junho, e divididos em seis, sendo eles: 1. Apresentação da proposta de intervenção; 2. História do movimento feminista, suas abordagens e conceitos fundamentais; 3. Violência contra a mulher; 4. Oficina de Teatro da Oprimida; 5. Sexualidade; 6. Como se auto organizar na esco-

⁴ É importante indicar que o recorte estabelecido para o público-alvo da intervenção foi traçado como “estudantes secundaristas do sexo feminino” que estivessem matriculadas no ensino médio da escola, compreendendo os papéis sociais destinados em relação ao sexo biológico e as vivências que se desenvolvem a partir deste na constituição do ser mulher. Porém, um menino trans, matriculado no ensino fundamental, apresentou interesse em participar dos debates feministas propostos, o que nos levou a um repensar do recorte estabelecido, que não indicava a inclusão de pessoas trans. Assim, sua participação foi aceita por compreender: que a socialização dele foi realizada de acordo com seu sexo biológico feminino; a necessidade do grupo se configurar como um espaço que rompe com as exclusões, que são frequentes na vida de pessoas trans, as quais vivenciam uma série de violências por romperem com o destino estabelecido a partir do sexo biológico; a possibilidade dele poder ressignificar vivências de opressão; bem como as possíveis contribuições da sua participação para reflexões do grupo a partir de suas vivências enquanto menino trans.

la e encerramento. Além disso, foram realizadas duas visitas anteriormente para a apresentação da proposta de estágio para a coordenação da escola.

Os encontros se desenvolveram na sala de multimídia da referida escola, que foi disponibilizada pela direção, tendo início às 17h30, após a última aula do período vespertino. Tiveram duração de aproximadamente uma hora cada, expandindo-se conforme a necessidade e disponibilidade das participantes. O formato de organização destes se baseou em rodas de conversa, com apresentação de conteúdos relativos aos temas programados, e não foram gravadas.

Como materiais, foram utilizados nos encontros: folhas sulfites, questionário, panfletos explicativos da Secretaria de Promoção Social do município sobre violência contra a mulher, cartilha em quadrinhos sobre a lei Maria da Penha, feita pelo Estado de Minas Gerais, bem como entrega de material informativo organizado pelas interventoras. Ademais, foi criado um grupo no aplicativo WhatsApp para facilitar o diálogo entre as participantes e as interventoras.

A coleta de dados foi realizada majoritariamente a partir da anotação das intervenções em um diário de campo, sendo este um instrumento de coleta de dados que permite o registro das informações, observações e reflexões surgidas no decorrer da investigação (GERHARDT et al, 2009). Além deste, foram aplicados questionários – a fim de possibilitar um material mais amplo para análise de dados –, definido como um instrumento de coleta de dados a partir de um ordenamento de perguntas em linguagem simples e direta, que deveriam ser respondidas por escrito pelas participantes da pesquisa, sem intervenção por parte da pesquisadora, e teve como objetivo levantar “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas” (GERHARDT et al, 2009, p. 69).

Para análise dos dados coletados optou-se pela realização de uma análise de conteúdo relacionada aos objetivos propostos no trabalho, embasada no referencial teórico adotado. O método de análise de conteúdo demanda uma leitura crítica da mensagem, a fim de descrever e interpretar o conteúdo, atribuindo-lhe um sentido. Assim, envolve uma categorização das informações coletadas, visando a uma compreensão mais aprofundada do conteúdo do material analisado. (MORAES, 1999).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados realizada, foram criadas três categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa, sendo elas: 4.1 Percepção da realidade sexista e machista; 4.2 A toras

sociais e políticas: protagonistas das transformações sociais; 4.3 Potencialidades transformadoras do movimento feminista no contexto escolar. Para este artigo, nossa atenção se voltará aos dois últimos tópicos, refletindo acerca da atuação das estudantes no contexto escolar.

4.1 Percepção da realidade sexista e machista

A realidade sexista e machista foi percebida em diversos âmbitos e evidenciada em algumas das falas das participantes, tanto em relação a vivências pessoais, quanto a vivências de colegas e descrição de comportamentos sociais frequentes. As experiências pessoais relatadas envolveram descrição de assédio e abuso sexual, enfrentado tanto na rua quanto na escola, além de vivências relativas aos papéis sociais impostos e diferenciados para “meninos” e “meninas”. Também falaram sobre amigas que cresceram em contexto de violência doméstica, algumas que vivenciaram relacionamentos abusivos, e outras que engravidaram na adolescência. Relataram acerca de familiares e vizinha que sofreram violência física, abuso sexual por parte de pai de colegas e fetichização de relacionamento lésbico. Além destas, a temática do aborto foi inserida nos encontros em diversos momentos pelas próprias participantes, bem como aspectos relativos à inserção política feminina. Apesar disso, em alguns momentos demonstraram reprodução de visões naturalizadas, de impossibilidade de mudanças, e dificuldade de pensar em como agir para combater uma prática, especialmente quanto a violência doméstica e relacionamentos abusivos. Estes aspectos são compreendidos neste trabalho enquanto fenômenos sociais que têm suas bases no contexto histórico-social patriarcal constituinte da sociedade na qual o grupo está inserido.

4.2 Atores sociais e políticas: protagonistas das transformações

Este tópico discute acerca das participantes enquanto atoras sociais e políticas a partir do interesse em participar do grupo de intervenção – uma vez que a própria metodologia adotada requer uma postura ativa das participantes – e do interesse em construir um coletivo na escola, evidenciados em diversos momentos desde o início dos encontros, na medida em que refletem criticamente acerca das desigualdades que vivenciam.

O interesse em participarem da intervenção foi demonstrado em falas relativas ao descontentamento pelo baixo número de participantes no grupo – frente ao qual se encarregaram de passar nas salas de aula para convidar outras meninas –, bem como pela sugestão de realização dos encontros em lugares fora da escola quando impedidas de utilizarem esse espaço no

período de greves que permearam o decorrer da intervenção. Também foi evidenciado pela pontualidade com o horário combinado, além da atenção, participação e contribuição com falas ao longo dos encontros.

Já o interesse específico na criação do coletivo foi explicitado especialmente no último encontro, destinado à auto-organização na escola, no qual elencaram os primeiros passos para a organização do coletivo, discutindo sobre o formato das reuniões e possíveis ações delas, demonstrando preocupação em “descobrir temas de interesse de outras meninas” a fim de atrai-las para participarem, bem como a necessidade de explicar “o que é o movimento feminista”, considerando este tema de pouca compreensão, muitas vezes concebido de maneiras divergentes. Além disso, pediram para reproduzir os materiais entregues pelas interventoras, elencaram pautas para serem abordadas, estratégias de divulgação, e pensaram em uma primeira intervenção para ser realizada.

Ainda quanto ao interesse em criar um coletivo, foram dadas como resposta para a pergunta do questionário aplicado no último encontro “Por que você se interessa em criar um coletivo feminista?”, especialmente atribuição ao caráter informativo do coletivo, descrito no interesse em “repassar ideias”, “conscientizar” e “informar as pessoas”. Foi associado também ao desejo de combater o machismo dentro da escola, bem como da sociedade. Ainda, identificaram que podem transformar a sociedade a partir do movimento feminista, sendo que a maioria indicou o papel do conjunto/união/coletivo para as transformações. Ao aspecto transformador foi atribuída especialmente a necessidade das mulheres defenderem seus direitos e a importância da igualdade de gênero.

O interesse em “conscientizar” as pessoas, mesmo compreendendo que este é um processo pessoal em relação ao qual não é possível “conscientizar outra pessoa”, pode ser refletido a partir da fala de uma das participantes ao indicar a reprodução do discurso e modos de ser machista de uma colega da escola, atribuindo este à criação da mesma. Esta compreensão da participante é percebida como necessária para o seu atuar sobre a realidade, uma vez que demonstra a compreensão do papel da criação, do introjetar valores e crenças ao longo do desenvolvimento do indivíduo, que se dá a partir da família, como indica Lane [1994]/(2006). Assim, a participante demonstrou compreensão do papel do social na constituição dos indivíduos, parte de uma desnaturalização, bem como não envolveu culpabilização da vítima frente a esta reprodução machista, como é recorrente.

Além disso, as participantes associaram o ser mulher a características de “luta, força e exclusão social”, e feminismo a “luta, igualdade e direitos”. Assim, pode-se perceber uma relação entre ambos, e compreensão do movimento feminista como uma ferramenta de luta

das mulheres. Pode-se atribuir a necessidade das mulheres lutarem a estarem inseridas em uma estrutura desigual, sendo que o fator da percepção desta estrutura foi explicitado ao longo dos encontros, nos quais relataram componentes sexistas e machistas da sociedade – abordados anteriormente – e refletiram a partir das bases que o sustentam – estas algumas vezes não muito claras para as participantes, sendo indicadas pelas pesquisadoras e refletidas com as estudantes. Este fator foi evidenciado nas respostas à pergunta “O que te faz se identificar enquanto feminista?”, que indicaram o desejo e crença na constituição de uma sociedade em que há igualdade de gênero/de direitos. Além disso, elencaram que a sociedade é desigual, e relataram indignação quanto à forma como as mulheres são tratadas e vistas perante esta, aspirando por mudanças quanto à realidade de violências, assassinatos e inferiorização que vivenciam por serem mulheres.

Assim, a concepção do movimento feminista enquanto transformador e seus interesses em constituí-lo, além de suas identificações com o movimento, demonstram em parte um assumir responsabilidades frente às transformações, ou, ao menos, interesse em assumir esta responsabilidade. Em se assumirem atoras sociais e políticas, terminologia utilizada para indicar o atuar frente a uma sociedade – esta hierarquizada, pautada nas desigualdades de gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, entre outras –, de forma direcionada a romper com sua organização – desigual, violenta. O termo não foi encontrado na literatura, porém é definido a partir das influências especialmente de Paulo Freire, que não retrata a posição das mulheres em específico, mas reflete acerca do papel ativo dos sujeitos na transformação social. Freire (1979) reflete sobre a conscientização como um processo crítico de tomada de consciência, ultrapassando a esfera espontânea de percepção da realidade, em um processo de desvelar tal realidade em um constante fazer, através da práxis ação-reflexão – concebida como práxis libertadora, da qual também reflete Montero (2015). Enfatiza-a como o modo de ser ou de transformar o mundo, sendo um compromisso histórico, pois é também consciência histórica, implicando que as pessoas assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo.

Ser atoras sociais e políticas é, portanto, romper com o papel que lhes foi destinado enquanto fêmea humana. Para tal, é necessário romper com a naturalização do ser mulher e compreender-se enquanto construto e, especialmente, na ação de atora, enquanto construtora da realidade social (LANE, 1984). Assim, atoras sociais e políticas se refere ao papel assumido pelas participantes na construção de uma nova sociedade, atuando sobre ela. Enquanto atora, assume a responsabilidade frente as transformações do que lhes é compreendido enquanto violento, desigual, necessário de ser modificado – que se dá pela conscientização –, ou seja, de protagonizar as mudanças que almejam. Entretanto, percebe-se que este aspecto só

pode ser observado de maneira concreta se analisado na prática de inserção do coletivo no contexto escolar a longo prazo. Assim, reflete-se a seguir acerca das potencialidades transformadoras do movimento feminista inserido no contexto escolar.

4.3 Potencialidades transformadoras do movimento feminista no contexto escolar

As potencialidades transformadoras do movimento feminista no contexto escolar serão analisadas neste tópico pela proposta de constituição de um coletivo feminista na escola. As reflexões se dão alicerçadas nas intervenções realizadas, através das quais as participantes demonstraram interesse na formação do coletivo, como indicado no tópico anterior, e pelos relatos de vivências das participantes no contexto escolar, porém sem contar com dados acerca da atuação destas após a formação do coletivo, pelo qual poderíamos, mais que levantar hipóteses, indicar os fatos experimentados. Assim, algumas das potencialidades transformadoras percebidas se relacionam especialmente com: a denúncia das práticas de professores: assédio, sexismo, machismo, associação entre religião e educação; difusão de informações necessárias ao processo de conscientização e, assim, às transformações sociais. Tais aspectos serão trabalhados a seguir, a partir das falas das participantes nos encontros, e em defesa de uma educação libertadora⁵.

As participantes relataram experiências de assédio, sexismo e machismo por parte de professores no contexto escolar, em diversas escolas que estudaram, como nos casos: do professor “ficar olhando a bunda das meninas”; do professor “impedir de realizar tarefas e dar notas baixas por ter escolhido disciplina considerada masculina”, associada à maior complexidade e incapacidade de meninas aprenderem, tendo sua capacidade contestada e desvalorizada por sua condição de fêmea; do professor “não permitir que assistisse aula estando de vestido”; do professor “ficar vendo vídeo pornográfico durante a aula”; do professor “pedir que as meninas dessem beijo no rosto dele após atividade de educação física”; da professora que expôs a estudante que estava grávida, envolvendo julgamento moral. As participantes questionaram: “todo mundo ali transa, a diferença é que ela acabou engravidando”. Relataram também a forma como a escola lidou com os casos de assédio denunciados, sendo que em um dos casos apenas afastou o professor por alguns meses, e em outro demitiu o professor apenas após terem filmado o comportamento do mesmo.

⁵ Concepção que se refere à uma educação que tem o compromisso com a libertação das opressões, ou seja, com o rompimento com a existência de opressores e oprimidos, que só é possível por uma educação problematizadora, que se dá pelo diálogo, na práxis (FREIRE, 2018).

Tais comportamentos demonstram reflexo da estrutura social patriarcal e contribuem com a sua perpetuação, constituindo um contexto de ensino-aprendizado violento para com as mulheres. Um contexto no qual as mulheres, além de sofrerem com assédio sexual, têm sua capacidade contestada por “ser mulher”, e, ainda, que não contempla espaços de reflexão das desigualdades vivenciadas para ser possível driblá-las, como a questão apresentada da gravidez na adolescência, ou pelo silenciamento frente às práticas de assédio.

Tais desigualdades sofridas pelas meninas, como refletido anteriormente, continuarão a ocorrer ao longo de suas vidas nos mais distintos contextos, parte do seu destino biológico, do qual descreve Beauvoir (2016). O fato de não ter sido estabelecido nenhum debate frente a isso ocasiona em uma possível internalização e naturalização pelas(os) estudantes das práticas machistas e sexistas – que de fato lhes é repassado desde pequenas(os), e do qual o contexto escolar não está imune, reproduzindo-as de variadas formas. Assim, o contexto escolar se encontra na reprodução, tanto ao não abordar tais temáticas – uma vez que a neutralidade corrobora com a perpetuação de uma ordem específica das coisas – como ao reproduzir na prática as violências – assédio, diminuição da capacidade intelectual, julgamento moral.

Assim, os aspectos relatados pelas participantes nos fazem questionar a qualidade do ensino-aprendizado das meninas neste espaço, que não leva em conta diversos atravessamentos sociais que colocam diferentes sujeitos em posição de desigualdade (BOCK, 2003b), sendo o foco deste trabalho o atravessamento de gênero, abrangendo as influências histórico-sociais às práticas vivenciadas pelas participantes no contexto escolar hoje. Ainda, é importante considerar as relações que os aspectos econômicos assumem com o contexto escolar, que colocam este, na sociedade capitalista, refém dos interesses mercadológicos, e em prol da manutenção do status quo. Isto posto, indicamos a potencialidade transformadora do coletivo em denunciar o machismo e sexismo presentes na escola, que colocam em cheque esta cumplicidade do contexto escolar, apontando a necessidade das mudanças, passo importante para alcançá-las.

Ainda, é necessário incluir as atitudes relatadas pelas participantes de um professor (de História) que utiliza da religião para explicar a matéria, ou mesmo como critério de exclusão de conteúdo a ser abordado. Algumas das críticas estabelecidas se relacionaram com a fala do professor ao dizer ser contrário à pílula anticoncepcional, baseando-se em suas crenças religiosas e atribuindo aos “desejos de Deus”, além de associar o uso da pílula às doenças sexualmente transmissíveis. Tais atitudes demonstram uma limitação do debate relativo à sexualidade, a partir de colocações superficiais e embasadas em dogmas, restringindo o acesso das estudantes às informações, ao saber, ao conhecimento. Além disso, colocam-nas em risco, espe-

cialmente ao abordar questões fundamentais para a saúde das mulheres a partir de um discurso moralizante e superficial.

Essa restrição de acesso ao conhecimento também foi percebida frente a temáticas indicadas pelas participantes que não são trabalhadas na escola, ou são de maneira breve e pontual, e que são necessárias para as transformações, como a falta de reflexão quanto aos aspectos relativos à sexualidade e à violência doméstica. Em relação a isso, indicamos a potencialidade da atuação do coletivo na escola como difusor de informações, na criação e manutenção de espaços inseridos neste contexto – dentro e fora de sala de aula –, que apresentem contribuições acerca do ser mulher, deixando de ocorrer pontualmente, ou da escola constituir espaços de narrativas únicas, ilustrado no interesse das meninas na constituição do coletivo na escola, apresentado no tópico anterior, frente ao qual elencam a necessidade de “conscientizar outras meninas” e desconstruir conceitos equivocados acerca do feminismo. Assim, representa a constituição de um espaço que rompe com a concepção de educação bancária, da qual retrata Freire (2018), e indica a atuação do coletivo como parte importante do processo de conscientização, colocando em pauta de reflexão temáticas não abordadas, ou abordadas superficialmente, rompendo com naturalizações ou concepções fatalistas, aproximando-se da realidade sobre as quais poderão atuar, e assim alcançar transformações das desigualdades e violências enfrentadas pelas mulheres.

Assim, diante do exposto anteriormente, indica-se que o coletivo inserido no contexto escolar pode representar um espaço de contra-discurso, no qual, em conjunto, as meninas têm mais força para exigir mudanças, e as provocam, além da denúncia, na difusão de informações relativas aos aspectos histórico-sociais que mantêm as desigualdades/violências, bem como no próprio processo de ação-reflexão. Importante processo de conscientização/aproximação da realidade na qual estão inseridas, colaborando com o combate das práticas sociais baseadas em uma lógica hierárquica, de opressão, que carregam as marcas da violência. As conquistas extrapolam o contexto escolar e englobam a sociedade como um todo, transformando as relações sociais, compreendendo que a escola não é um espaço isolado, mas meio de perpetuação ou transformação da estrutura que a constitui e que se constitui por ela.

Se a própria inserção das mulheres na educação constituiu-se historicamente como um primeiro desafio a um sistema de hierarquia sexual, como nos indica Vaitsman (1994), refletimos como esta inserção e permanência, ainda hoje, é atravessada por desigualdades e violências, e como a atuação das mulheres no sentido de romper com este sistema em uma práxis libertadora apresenta-se com alta potencialidade transformadora da realidade social machista

e sexista vivenciada na contemporaneidade, como tem sido a atuação das mulheres no Brasil nos mais diversos espaços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se refletir sobre a necessidade de transformações sociais especialmente em relação às questões das mulheres, sem deixar de lado a compreensão dos tantos atravessamentos que constituem este ser e que apresentam vivências de violências e desigualdades na sociedade contemporânea, em específico na realidade brasileira. Estas vivências foram percebidas pelos relatos das participantes e trabalhadas a partir da historicidade que constitui o ser mulher hoje, refletindo sobre as marcas do patriarcado na vida das mulheres.

O foco da atuação se deu no contexto escolar, pela compreensão de este se constituir como potente às transformações sociais, bem como à compreensão das potencialidades que envolvem a ação das adolescentes enquanto atoras sociais e políticas, somente possível se através do processo de conscientização permanente, em uma práxis libertadora, de ação-reflexão. Entretanto, os frutos da intervenção – mesmo compreendendo a potencialidade transformadora contida na própria metodologia adotada, na intervenção realizada –, e análise da inserção da atuação concreta das estudantes em torno da criação de um coletivo feminista neste espaço só poderiam ser observados a longo prazo, e indicam a necessidade de novas pesquisas neste sentido.

Foi possível constatar, entretanto, que as meninas percebem a realidade na qual estão inseridas em diversos aspectos, através de vivências pessoais e de colegas, familiares, conhecidas. Apesar disso, demonstraram dúvidas e concepções naturalizadas em alguns momentos, sendo necessário ter em mente a conscientização enquanto processo que se dá ao longo da vida. Ainda, indicaram interesse na constituição do coletivo, demonstrando compreender seu papel enquanto atoras sociais e políticas, ou ao menos interesse em assumir este, em serem protagonistas das transformações através do feminismo, elencando pautas a serem combatidas dentro do contexto escolar e alguns passos a serem tomados.

Entretanto, é necessário apontar algumas das limitações percebidas na intervenção, especialmente quanto ao número reduzido de encontros devido a greves ocorridos no decorrer dos encontros. Além disso, foi identificada a necessidade de maiores reflexões acerca da questão LGBT, em específico relativas à transexualidade, visto que um dos participantes se identifica enquanto um menino trans, e todas as vivências específicas que constituem este ser, além da questão do racismo, que apareceu em falas de algumas participantes, que carregam a marca

da violência racial. Assim, este trabalho reafirma a necessidade de se ater a tais atravessamentos, e não se coloca alheio a estas questões. Sugere-se, assim, que mais pesquisas sejam realizadas com este foco, e não tidas separadamente das questões das mulheres, compreendendo que a mesma estrutura histórico-social que oprime as mulheres e que constitui o Brasil, tem suas imbricações e demandam análises que se inter-relacionem.

Ademais, em meio a uma conjuntura de fragilidade democrática e avanço do conservadorismo, este trabalho reforça a necessidade do campo da Psicologia permanecer na defesa e caminhar na constituição de espaços democráticos de diálogo. Defender uma escola plural em contrapartida a propostas de uma escola “sem partido”, que apresentam um fortalecimento das normatividades, que colocam sujeitos diferentes em condições desiguais; uma escola que tenha como partido uma educação popular, que combata a censura e o cerceamento do diálogo, o qual representa na prática uma única voz, hegemônica. Que combata práticas de assédio, de sexismo, de machismo, de desinformação. Que possa levar às estudantes informações relevantes acerca do ser mulher, e que as compreenda enquanto sujeitas ativas, enquanto atoras de transformação.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994-2016, v.2.

BOCK, A. **Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica**. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. (Orgs.). *Psicologia escolar: teorias e críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003a, p. 79-103.

BOCK, A. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003b, p.15-28.

CARNEIRO, S. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008> Acesso em: 05 ago 2018.

DAVIS, A. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

- GERHARDT, T. E.; et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.65-88.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M; CODO, W. (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10-19.
- LANE, S. T. M. **O que é Psicologia Social?** 22 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994-2006.
- MONTERO, M. De la otredad a la praxis liberadora: la construcción de métodos para la conciencia. **Estudios de psicología**, Campinas, v. 32, n.1, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000100141&lng=en&nrm=iso&tlng=es> Acesso em: 05 ago 2018.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p.07-32.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v.18, n.1, jan./abr. 2006a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 05 ago 2018.
- NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, 2006b, p. 647-654.
- NEIVA, K. M. C. O que é intervenção psicossocial? In: NEIVA, K. M. C. **Intervenção Psicossocial: aspectos teóricos, metodológicos e experiências práticas**. São Paulo: Vetor, 2010, p. 13-24.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Editora Paz e Terra, 1993.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 ago 2018.
- REIS, T.; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, jan./mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 ago 2018.
- REZENDE, D. L. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. **Pensamento Plural**, Pelotas, n.17, p. 07-27, jul./dez. 2015.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VAITSMAN, J. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e famílias em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 27-74.